Jornal da CNTC

70 anos CNTC 1946 - 2016

UMA PUBLICAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO – CNTC

www.cntc.org.br | Ano 6 • Edição 64 • Maio 2016 | Distribuição gratuita

1º DE MAIO – DIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

CNTC destaca projetos de lei contra e a favor dos interesses dos trabalhadores

■ PÁGINAS 3 A 5

Foto: CanstockPhoto

DEBATE

Presidente da CNTC participa de debate sobre fusões de grandes grupos econômicos

■ PÁGINAS 8 E 9

ARTIGO

70 anos de história e de lutas em defesa dos comerciários brasileiros

■ PÁGINAS 11 E 12

EXPEDIENTE

JORNAL DA CNTC

JORNAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO NO BRASIL
REGISTRO: RCPJ 2.784-LB 3 – Endereço: AV W5 - SGAS 902, Bloco C, Brasília - DF - CEP 70390-020 - Brasília (DF)
PABX: (61) 3217.7100 – Fax: (61) 3217.7122

SUPERVISÃO: Levi Fernandes Pinto • **JORNALISTAS:** Raul Lênnon e Rodrigo Rueda • **IMPRESSÃO:** Ideal Gráfica • **EDITORAÇÃO:** Grifo Design • **TIRAGEM:** 10 mil exemplares • **E-MAIL:** imprensa@cntc.org.br • **FOTOGRAFIAS:** Raul Lênnon • **JORNALISTA RESPONSÁVEL:** Rodrigo Gabriel Rueda Abreu – RP: 0008590/DF.

(Os artigos, crônicas e opiniões publicados neste jornal, quando identificados, são exclusivamente de responsabilidade de seus autores.

CNTC

Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio
Entidade sindical de grau superior reconhecida pelo Dec. 22.043 de 11/11/46. Endereço: SGAS W5, quadra 902, bloco C
CEP 70390-020 – Brasília/DF – PABX: (61) 3217.7100
Fax: (61) 3217.7122 – Site: www.cntc.org.br –
E-mail: cntc@cntc.org.br

DIRETORIA

Presidente: Levi Fernandes Pinto • *1° Vice-Presidente*: Vicente da Silva • *2° Vice-Presidente:* Luiz Carlos Motta • *Diretor Secretário Geral:* Lourival Figueiredo Melo • *Diretor 1º Secretário:* Idelmar de Mota Lima • *Diretor Tesoureiro Geral:* Saulo Silva • *Diretor 1° Tesoureiro:* Edson Geraldo Garcia • *Diretor de Assuntos Legislativos:* José Francisco de Jesus Pantoja Pereira • *Diretor de Relações Internacionais:* Luiz de Souza Arraes • *Diretor de Formação Sindical:* Ronaldo Nascimento • *Diretor de Assuntos Jurídicos:* Valmir de Almeida Lima • *Diretor de Previdência e Seguridade Social*: Ageu Cavalcante Lemos • *Diretor de Políticas Sociais, Cidadania e Direitos Humanos:* Ronildo Torres Almeida • *Diretora de Políticas para as Mulheres:* Maria Bernadete Lira Lieuthier • *Diretor de Saúde e Segurança do Trabalho:* Armando Henrique • *Diretor de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude:* Márcio Luiz Fatel • *Diretor de Negociação Coletiva e Relações do Trabalho:* Guiomar Vidor • *Diretor de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:* José Ribamar Rodrigues Filho • *Diretor de Imprensa e Comunicação Social:* Edson Ribeiro Pinto • *Diretor de Políticas de Qualificação Profissional:* Carlos Dionísio de Morais • *Diretor de Políticas de Econômicas:* José Martins dos Santos.

DIRETORIA | SUPLENTES | Francisco Soares de Souza • José Alves Paixão • Eduardo Genner de Sousa Amorim • Francisca das Chagas Soares da Silva • Luiz Fernando Nunes • Antônio Caetano de Souza Filho • Raimundo Miquilino da Cunha • Helena Ribeiro da Silva • Silvana Maria da Silva • Maria Normélia Alves Nogueira • Maria Euridéia Mendes • Leocides Fornazza • Antônio Marco dos Santos • Edson Ramos • Luiz José Gila da Silva • Valmir Andrade da Silva • Dorival Pereira Bambil • Roberto Galo Ferreira • José Carlos Pavão Diniz • Eusébio Luis Pinto Neto • Valdemar Manrich

CONSELHO FISCAL | EFETIVOS | José Lucas da Silva • Marcos de Holanda Moura • Dorvalino de Oliveira

CONSELHO FISCAL | SUPLENTES | Raimundo Firmino dos Santos • Elizeu Ferrato Cavalcante • Roosevelt Torres Almeida

CNTC Somos todos nós | CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO

PALAVRA DO PRESIDENTE LEVI FERNANDES PINTO

Caros companheiros e companheiras,

Foto: Arquivo CNTC

Levi Fernandes Pinto

No 1º de maio celebramos o Dia Internacional do Trabalho. Mais do que um simples feriado, a data busca a união de trabalhadores de todo o mundo na reflexão pelos direitos adquiridos e quais as lutas que ainda virão. No Brasil, a data foi consolidada em 1924, por meio de decreto assinado pelo então presidente Artur Bernardes. Mas foi com o presidente Getúlio Vargas, que a data ganhou visibilidade, tendo as principais medidas em benefício ao trabalhador anunciadas na data, como por exemplo, o aumento do salário mínimo.

Infelizmente, nos dias atuais, os trabalhadores brasileiros não têm o que comemorar. A taxa de desocupação atingiu 10,2% no período entre dezembro de 2015 e fevereiro deste ano. O desemprego atinge 11,1 milhões de brasileiros, segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em março, de acordo com informações divulgadas pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, o país encerrou 118.776 vagas de emprego. O pior resultado do período desde 1992. O comércio foi o setor que mais fechou vagas, com menos 41.978 postos de trabalho.

Nesta edição do Jornal da CNTC, destacamos dez projetos de lei em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para que os trabalhadores no comércio e serviços deste país possam ficar atentos nas ameaças e oportunidades de avanços nas leis trabalhistas. A diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) acompanha atentamente os temas de interesse para milhões de trabalhadores e atua no Congresso Nacional para defender os direitos já adquiridos e promover avanços nas leis trabalhistas.

Também apresentamos o artigo "Setenta anos na defesa dos comerciários brasileiros", elaborado pelo diretor de Negociação Coletiva e Relações do Trabalho da CNTC, Guiomar Vidor, que faz um passeio pela história da Confederação, destacando a importância da entidade na luta pelos direitos dos trabalhadores do comércio e serviços do país. Com isso, aproveitamos para saudar cada trabalhador brasileiro pelo 1º de maio e deixar uma mensagem otimista por dias melhores.

Levi Fernandes Pinto
Presidente

Foto: Montagem | DollarPhotoClub

CAPA

No Dia Internacional do Trabalho, a CNTC destaca projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, contra e a favor dos interesses dos trabalhadores

Foto: DollarPhotoClub

O DIA INTERNACIONAL DO TRABALHO É CELEBRADO EM 1º DE MAIO. EM TODO O MUNDO, MILHARES DE PESSOAS OCUPAM RUAS E PRAÇAS PARA REIVINDICAR DIREITOS TRABALHISTAS E DAR VOZ PARA AS MAIS VARIADAS CATEGORIAS DE TRABALHADORES. A DATA TEVE INÍCIO NO DIA 1º DE MAIO DE 1886, QUANDO CERCA DE 500 MIL MANIFESTANTES FORAM ÀS RUAS DE CHICAGO, UM IMPORTANTE POLO INDUSTRIAL DOS EUA, PARA REIVINDICAR DIREITOS TRABALHISTAS. O PRINCIPAL OBJETIVO DA MANIFESTAÇÃO ERA A REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DE 13 PARA 8 HORAS DIÁRIAS. OS TRABALHADORES SOFRIAM COM CONDIÇÕES PRECÁRIAS DE TRABALHO, ALÉM DOS BAIXOS SALÁRIOS.

A iniciativa de 1886 gerou diversas mortes, mas nenhum resultado. Mesmo assim, os trabalhadores continuaram o movimento e iniciaram uma greve, promovendo uma nova manifestação sem sucesso. Trabalhadores foram presos, sedes de sindicatos incendiadas e as casas dos operários saqueadas. Apenas em 1890, a redução da jornada de trabalho efetivamente ocorreu.

No Brasil, na década de 30, o ex-presidente Getúlio Vargas buscou popularizar a data, transformando o 1º de maio no Dia do Trabalhador, com diversas celebrações e discursos, anunciando leis e mudanças que trariam benefícios aos trabalhadores. Avançando no tempo até os dias atuais, o cenário do 1º de maio em 2016 foi devastador: crise econômica, aumento da inflação e o crescimento do desemprego.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), entidade que completará 70 anos de luta pelos direitos dos trabalhadores no comércio e serviços do país, defende a jornada justa, com o fim do trabalho aos domingos e feriados; a igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres; o trabalho decente, contra o trabalho escravo e o infantil; e o respeito pelos direitos trabalhistas já garantidos em lei.

O diretor de Assuntos Legislativos da CNTC, José Francisco de Jesus Pantoja Pereira destaca o compromisso da Confederação com os trabalhadores e a preocupação com projetos que, caso sejam aprovados, irão impactar diretamente a vida dos trabalhadores. “A CNTC acompanha no Congresso Nacional os projetos que atentam de várias formas possíveis os direitos dos trabalhadores, como a retirada de férias, do 13º salário, da licença-maternidade entre outros. A diretoria de Assuntos Legislativos trabalha com o Departamento de Relações Institucionais para averiguar, acompanhar e propor medidas para a manutenção dos direitos já conquistados. É um trabalho árduo, que vai ao encontro dos interesses de todos os trabalhadores e não apenas dos trabalhadores do comércio e serviços”.

RISCOS PARA OS TRABALHADORES

Apresentamos aqui, alguns projetos de lei que merecem atenção por parte dos trabalhadores, especialmente aqueles do comércio e serviços. Confira:

PROJETO DE LEI (PL) 4193/2012

NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO

Autor:	Deputado federal Irajá Abreu (PSD-TO)
Descrição:	O projeto altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para que as normas de natureza trabalhista, ajustadas mediante convenção ou acordo coletivo prevaleçam sobre o disposto em lei, desde que não contrariem as normas de ordem constitucional e as normas de higiene, saúde e segurança do trabalho.

PROJETO DE LEI (PL) 4740/2016

ABERTURA DO COMÉRCIO SUPERMERCADISTA AOS DOMINGOS E FERIADOS

Autor:	Deputado federal Jovair Arantes (PTB-GO)
Descrição:	O projeto visa acrescentar parágrafo ao artigo 10 da Lei nº 606, de 05 de janeiro de 1949, que trata do repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos, com o objetivo de autorizar, de forma permanente, o funcionamento do comércio supermercadista aos domingos e feriados civis e religiosos em todo o país.

PROJETO DE LEI (PL) 450/2015

SIMPLES TRABALHISTA

Autor:	Deputado federal Júlio Delgado (PSB-MG)
Descrição:	Institui o Programa de Inclusão Social do Trabalhador Informal (Simples Trabalhista) para as microempresas e empresas de pequeno porte, com flexibilização dos direitos trabalhistas desses empregados como: • Sobreposição do negociado sobre o Legislado; • Estímulo de banco de horas, sem adicional de horas extras; • Permite o trabalho aos domingos e feriados sem permissão prévia da autoridade competente; • Parcelamento do 13º em até seis vezes; • Redução da alíquota do FGTS de 8% para 2%.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA (PLC) 30/2015

TERCEIRIZAÇÃO

Autor:	Ex-deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO)
Descrição:	Regulamenta as relações de trabalho terceirizado, estabelecendo os seguintes pontos: • Possibilidade de terceirização de parcela de qualquer atividade da empresa contratante, inclusive sua atividade-fim; • Possibilidade de quarteirização. Nesse caso a empresa contratante também é solidariamente responsável pelos pagamentos de salários, adicionais e demais obrigações trabalhistas e previdenciárias; • A sindicalização dos terceirizados no mesmo sindicato dos empregados da contratante, quando pertencerem à mesma categoria econômica.

PROJETO DE LEI DO SENADO (PLS) 432/2013

TRABALHO ESCRAVO

Autor:	Comissão de Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da Constituição Federal
Descrição:	Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo e: • Estabelece que o mero descumprimento da legislação trabalhista não caracteriza trabalho escravo; • Propõe que a ação de expropriação de imóveis rurais e urbanos em que forem localizadas a exploração do trabalho escravo observará a lei processual civil, bem como a necessidade de trânsito em julgado de sentença penal condenatória contra o proprietário.

Foto: DollarPhotoClub

OPORTUNIDADES PARA OS TRABALHADORES

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO (PEC) 231/1995

REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Autor:	Ex-deputado Inácio Arruda (PCdoB-CE)
Descrição:	Reduz a jornada de trabalho máxima semanal de 44 para 40 horas e aumenta o valor da hora extra de 50% do valor normal para 75%. Demais regras mantidas na Constituição são mantidas na proposta, tais como: jornada diária máxima de oito horas, possibilidade de compensação de horários e de redução da jornada mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

PROJETO DE LEI (PL) 353/2011

PROIBIÇÃO DE EXERCÍCIO CONCOMITANTE DE CAIXA DE SUPERMERCADO E EMPACOTADOR

Autor:	Deputado federal Vicentinho (PT-SP)
Descrição:	Impede que o empregado na função de caixa em supermercados e estabelecimento similares possa exercer, concomitantemente, a função de empacotador. Obriga os estabelecimentos comerciais a colocar à disposição dos consumidores um serviço de empacotamento.

PROJETO DE LEI (PL) 4857/2009

IGUALDADE DE GÊNERO NO TRABALHO

Autor:	Deputado federal Valtenir Pereira (PMDB-MT)
Descrição:	Tipifica o crime de discriminação de gênero contra a mulher, com pena de detenção e multa. Também cria mecanismo para coibir e prevenir a discriminação contra a mulher, garantindo as mesmas oportunidades de acesso ao trabalho e salário igual.

PROJETO DE LEI DO SENADO (PLS) 173/2015

COMBATE À ROTATIVIDADE

Autor:	Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Descrição:	Estabelece que os empregadores, cujo índice de rotatividade da mão de obra seja superior ao índice médio de rotatividade do seu setor de atividade econômica devem recolher contribuição adicional para o custeio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), incidente sobre o total das remunerações pagas.

PROJETO DE LEI DO SENADO (PLS) 162/2013

AMPLIAÇÃO DA LICENÇA-MATERNIDADE

Autor:	Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Descrição:	Amplia a licença-paternidade para 15 dias e a licença-maternidade para 180 dias, com previsão de pagamento do salário-maternidade durante o período. Também estabelece que à segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança estará coberta com salário-maternidade pelo período de 180 dias.

Foto: DollarPhotoClub

DEFESA DO TRABALHADOR

Ação do Magazine Luiza para isentar empresa de recolher FGTS sobre as parcelas rescisórias é julgada improcedente

Sentença proferida pela 14ª Vara Federal de Brasília julgou improcedente a ação proposta pelo Magazine Luiza S/A contra a União Federal e a Caixa Econômica Federal, com o objetivo de isentar a empresa do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) sobre as parcelas constantes do Termo de Rescisão de Contrato Trabalhista (TRCT), em especial o terço constitucional de férias, aviso prévio indenizado e auxílio doença.

A empresa, em razão da liminar deferida pelo juiz federal substituto, Eduardo Santos da Rocha Penteado, não recolhia o FGTS sobre as parcelas rescisórias, causando prejuízos aos trabalhadores representados pelo Sistema CNTC e transtornos para as entidades sindicais, especialmente aos sindicatos dos comerciários no caso das homologações de contrato de trabalho.

Acesse o site www.cntc.org.br e confira a sentença na íntegra.

Foto: CanstockPhoto

Sancionada lei que proíbe revista íntima de funcionárias em locais de trabalho

Foto: Pixabay

No dia 18 de abril, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Lei 13.271/2016, que proíbe a revista íntima de mulheres em empresas privadas e em órgãos e entidades da administração pública, direta e indireta. A proibição vale para funcionarias e clientes do sexo feminino e em caso de descumprimento, os infratores estão sujeitos a multa de R$ 20 mil, que serão revertidos para órgãos de proteção dos direitos da mulher. No caso de reincidência, o valor da multa pode ser dobrado, independente da indenização por danos morais e materiais e sanções de ordem penal.

A diretora de Políticas para Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), Maria Bernadete Lira Lieuthier avalia que a lei é um grande passo na ampliação dos direitos das mulheres. “Milhares de trabalhadoras sofrem diariamente com o medo das revistas íntimas, gerando humilhação, constrangimento e desrespeito. Que a lei possa dar um basta nas situações vexatórias das quais as mulheres são expostas”.

O projeto de lei previa uma exceção, que tratava que a revista, quando fosse realizada em ambientes prisionais e sob investigação policial, seria realizada unicamente por funcionários servidores femininos. O artigo acabou vetado, pois possibilitaria a revista íntima nas prisões e a interpretação de que qualquer revista, tanto em homens quanto em mulheres seria realizada exclusivamente por servidores femininos.

> “Milhares de trabalhadoras sofrem diariamente com o medo das revistas íntimas, gerando humilhação, constrangimento e desrespeito. Que a lei possa dar um basta nas situações vexatórias das quais as mulheres são expostas”.
>
> **MARIA BERNADETE LIRA LIEUTHIER**

De autoria da deputada federal Alice Portugal (PCdoB-BA), o projeto de lei chegou ao Senado Federal em março de 2011. Como o projeto foi modificado e votado pelo Plenário em março do ano passado, voltou à Câmara dos Deputados, sendo aprovado de forma definitiva em abril deste ano.

EMPREGO

Geração de empregos tem o pior mês de março em 24 anos

Foto: CanstockPhoto

Em março, o Brasil perdeu 118.776 vagas formais de emprego, segundo informações divulgadas no dia 22 de abril pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

É o pior resultado para o período desde 1992, quando teve início a série histórica. Em março de 1992, foi registrado o fechamento de 79.316 postos de trabalho. No primeiro trimestre deste ano, o número de postos fechados é de 319.150. Já no acumulado do último ano, 1.853.076 vagas foram fechadas.

O comércio encerrou 41.978 vagas de emprego, sendo o setor mais atingido em março. Em seguida, praticamente empatados, indústria da transformação, com menos 24.856 vagas e a construção civil, com 24.184 postos de trabalho encerrados. O setor de serviços respondeu pelo fechamento de 18.654 vagas e a agropecuária desligou 12.131 trabalhadores.

Pesquisa do IBGE revela 11,1 milhões de desempregados no primeiro trimestre de 2016

Dados divulgados no dia 29 de abril pela Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua, promovida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que o desemprego no Brasil atingiu em média, 10,9% no primeiro trimestre do ano. Este é o maior nível já registrado desde o início da realização da pesquisa, em 2012. O número de desempregados no país alcançou 11,1 milhões de pessoas.

Foram pesquisadas 211.344 casas em aproximadamente 3.500 municípios. A Pnad Contínua do IBGE considera desempregado quem não possui trabalho e procurou algum emprego nos 30 dias anteriores à semana da coleta dos dados pesquisados.

A pesquisa também avaliou o número de trabalhadores com carteira assinada, verificando queda de 2,2% no primeiro trimestre na comparação com o quatro trimestre de 2015. Na comparação com o primeiro trimestre do ano anterior, a queda é ainda maior, de 4%. O rendimento médio real, considerando o ajuste pela inflação foi de R$ 1.966, frente ao valor de R$ 1.961 registrado no quarto trimestre do ano passado. Para os pesquisadores do IBGE, o resultado é considerado estável. Já na comparação com o mesmo trimestre de 2015, quando o rendimento médio real era de R$ 2.031, foi verificada queda de 3,2%.

Foto: Freeimages

DEBATE

Presidente da CNTC debate impactos das fusões de grandes grupos econômicos

Levi Fernandes Pinto participou da programação do 10º Congresso da Fecosul

A 5ª mesa do 10º Congresso da Federação dos Empregados no Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecosul), promovida no dia 21 de abril, intitulada "Os impactos dos grandes grupos econômicos e as mudanças no setor do comércio", teve como coordenadores a presidente do Sindicato dos Comerciários de Taquara e secretária da Mulher da Fecosul, Silvana Maria da Silva; e o presidente do Sindicato dos Comerciários de São Luiz Gonzaga e secretário de Patrimônio da Fecosul, Américo Fabrício Pereira.

O primeiro palestrante foi o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), Levi Fernandes Pinto, que iniciou falando da grande satisfação de ser convidado para participar do congresso. "Esse não é um tema fácil de abordar. Há algumas décadas, a grande maioria dos países, assim como o Brasil, vivencia o fenômeno da globalização, que engloba relações culturais, de trabalho e o capital financeiro. Esse processo das relações sociais tem conferido agilidade e volatilidade ao capital e fortalecido, sobretudo, o poder econômico", afirmou. Contudo, segundo Levi, a globalização extinguiu diversas garantias, direitos e conquistas dos trabalhadores, as quais foram conquistadas ao longo de anos de luta. "Esse excesso de poder nas mãos do capital está levando à precarização das relações de trabalho e, sobretudo, há um grande enfraquecimento da representatividade dos trabalhadores através das entidades sindicais", alertou.

Diante desse quadro, o presidente da CNTC defendeu a coalizão dos trabalhadores e de seus sindicatos em nível nacional e internacional. "Tal união dos trabalhadores e dos sindicatos visa fazer valer direitos adquiridos, mas que estão sendo esmagados diante desta nova realidade, e também possibilitar a busca por novos direitos. Tornou-se necessária uma reação dos trabalhadores a qual ocorre lentamente através da reunião dos sindicatos em âmbito nacional e mundial, não mais nos moldes antigos, e também através das, ainda iniciais, negociações coletivas internacionais".

Levi citou a participação do presidente da Fecosul, Guiomar Vidor, como integrante da diretoria de Negociação Coletiva e Relações do Trabalho da CNTC, que tem o objetivo de promover e dar suporte às negociações coletivas com os grandes grupos econômicos com a atuação específica no comércio. A Confederação já realizou diversas viagens a fim de se reunir com multinacionais, como Carrefour, Walmart e Zara. Para finalizar, o presidente da CNTC afirmou que é uma honra contar com a Fecosul nas lutas por melhores condições de trabalho aos comerciários.

O segundo palestrante da mesa foi o coordenador de Relações Sindicais do DIEESE, José Silvestre, que iniciou sua fala abordando a importância do comércio na economia do país, respondendo por 12,3% do PIB brasileiro. No Estado, o setor é o terceiro em número de trabalhadores.

10º Congresso Fecosul

DEMOCRACIA, DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO DO TRABALHO

Foto: Fecosul

Levi Fernandes Pinto (D) com os integrantes da 5ª mesa do 10º Congresso da Fecosul

DEBATE

O especialista tratou dos processos de fusão e aquisição no comércio, que apesar de não serem novidade no país, ganharam um novo impulso alcançando recordes de operações, no período recente. "A partir de 2009, esse intenso movimento de fusões e aquisições no varejo pode ser retratado pelas megaoperações entre Ponto Frio e Pão de Açúcar, Casas Bahia e Pão de Açúcar".

Sobre as fusões no setor supermercadista, Silvestre aprofundou-se mais por algumas aquisições terem acentuado o grau de concentração do segmento, além de ter aumentado expressivamente a participação de redes estrangeiras no país, como o francês Carrefour e a norte-americana, Walmart. O coordenador do DIEESE trouxe para a discussão também o *e-commerce* e as vendas a partir de plataformas digitais, que segundo pesquisa, até 2018, será responsável por 26% das vendas totais do varejo – o dobro do percentual registrado em 2013. Entre os setores com maior participação nas vendas online estão moda e acessórios (18%), e saúde e cuidados com a beleza (16%).

Sobre os impactos das fusões e aquisições para os trabalhadores estão: maior flexibilidade das relações de trabalho; demissões; intensificação do ritmo de trabalho; impactos na negociação coletiva, impactos territoriais e sociais, e insegurança pelas mudanças nas metas empresariais. Os principais desafios enfrentados pelos trabalhadores brasileiros, anotados por Silvestre, são: baixa remuneração, elevada rotatividade, informalidade, extensas jornadas, concentração de capital, *e-commerce*, e novas tecnologias. Para finalizar, citou as possibilidades que as fusões podem proporcionar aos comerciários: data-base unificada, construção e estratégia unitária da categoria do comércio, piso unificado nacionalmente, e acordo coletivo nacional com as grandes redes. A discussão teve ampla participação dos delegados, que contribuíram com dúvidas e informações.

Com informações da Fecosul

Fotos: Fecosul

Também participou do debate o coordenador de Relações Sindicais do DIEESE, José Silvestre

O presidente da CNTC, Levi Fernandes Pinto defendeu a coalizão dos trabalhadores

"Tal união dos trabalhadores e dos sindicatos visa fazer valer direitos adquiridos, mas que estão sendo esmagados diante desta nova realidade, e também possibilitar a busca por novos direitos. Tornou-se necessária uma reação dos trabalhadores a qual ocorre lentamente através da reunião dos sindicatos em âmbito nacional e mundial, não mais nos moldes antigos, e também através das, ainda iniciais, negociações coletivas internacionais"

LEVI FERNANDES PINTO

TRABALHO DECENTE

Práticas antissindicais ferem o trabalho decente e prejudicam o desenvolvimento econômico

Alerta foi feito pelo Diretor Adjunto da OIT no Brasil, Stanley Gacek, durante o Fórum Sindicalismo, Política e Cidadania

"Práticas antissindicais são uma praga mundial, infelizmente", afirmou o Diretor Adjunto da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, Stanley Gacek, durante o Fórum Sindicalismo, Política e Cidadania, realizado pela Confederação Nacional das Profissões Liberais em Bélem, nos dias 7 e 8 de abril.

"As violações de direitos sindicais no mundo continuam se agravando: sindicalistas foram assassinados em 11 países entre abril de 2014 e março de 2015, enquanto trabalhadores sofreram detenções arbitrárias pelo exercício de direitos sindicais em 44 países, inclusive na Espanha e no Brasil", lembrou Gacek. Os dados são da última Pesquisa Anual de Violações dos Direitos Sindicais da Confederação Sindical Internacional, que analisou um total de 141 países, dos quais cerca de 70% negam a muitos de seus trabalhadores os direitos de greve e de negociação coletiva.

Para o Diretor Adjunto da OIT no Brasil, "a erradicação das práticas antissindicais tem tudo a ver com a realização do trabalho decente". Formalizado pela OIT em 1999, o conceito de trabalho decente sintetiza o mandato histórico e os objetivos estratégicos da OIT: a promoção de oportunidades para que homens e mulheres possam obter um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana. Para a OIT, a promoção do trabalho decente é o ponto de convergência de quatro objetivos estratégicos: a promoção dos direitos fundamentais no trabalho, inclusive da liberdade sindical e da negociação coletiva, a geração de mais e melhores empregos, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social.

Segundo Gacek, a questão das práticas antissindicais é inteiramente relevante aos princípios e aos direitos fundamentais da OIT, pois elas lesionam diretamente os direitos de liberdade sindical e de negociação coletiva. "Além disso, também é relevante em termos de crescimento econômico e desenvolvimento, que significam a geração de mais empregos no médio e longo prazo".

Foto: DollarPhotoClub

Ao longo de sua apresentação sobre as normas do direito sindical, o Diretor Adjunto da OIT no Brasil destacou a Convenção 98 da OIT sobre a organização sindical e a negociação coletiva, que o Brasil ratificou em 1952, e a Convenção 151 da OIT sobre o direito de sindicalização e as relações de trabalho na administração pública, ratificada pelo Brasil em 2010. "Para a OIT, a proteção contra atos antissindicais está intimamente ligada à liberdade sindical; ou melhor, faz parte dela, compondo a sua própria ideia", ressaltou Gacek.

"O papel da OIT, inclusive do nosso Escritório no Brasil, é o de fornecer aos constituintes as orientações críticas que vêm do sistema de controle e de supervisão normativa da OIT, relembrando também ao Estado Membro (inclusive o governo, os empregadores e os trabalhadores brasileiros) da força vinculante das convenções ratificadas", explicou ele. "Ou seja, há uma obrigação reconhecida pelo direito internacional: assim que uma convenção da OIT for ratificada, deverá haver um cumprimento e uma incorporação completa do conteúdo normativo da convenção pelo Estado Membro, e não apenas em termos do poder judiciário, mas também em termos do poder executivo e legislativo, e em termos de todo o sistema federativo".

Para o Diretor Adjunto da OIT no Brasil, existe um compromisso nacional do Brasil com a promoção do trabalho decente como uma política de Estado que é exemplar, definida e monitorada através de mecanismos de consulta tripartite e que inclui o respeito pelos direitos e princípios fundamentais do trabalho. "Com as Convenções 98, 151 e 135 da OIT já ratificadas e com força vinculante no país, há toda a referência necessária para o Brasil progredir nessa área em termos do direito internacional do trabalho, inclusive na direção de mais e melhores definições de práticas antissindicais e de proteções e sanções eficazes", concluiu Gacek.

Fonte: OIT

70 Anos de história e de lutas em defesa dos comerciários brasileiros

**Por Guiomar Vidor*

A luta pelos direitos dos trabalhadores sempre esteve presente no dia a dia da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), desde sua criação, em 11 de novembro de 1946, até os dias atuais. O primeiro presidente da Confederação foi Calixto Ribeiro Duarte, a partir de sua gestão iniciou-se uma atuação conjunta com os Sindicatos e Federações, que propôs melhorias à legislação trabalhista, levando sempre em consideração as peculiaridades dos trabalhadores do comércio e serviços deste país.

Neste contexto, merece destaque a luta pela inclusão dos mensalistas no repouso semanal remunerado. Em 1950, também participou dos debates sobre a criação da Lei Orgânica da Previdência Social, além de voltar suas atenções para o problema do Fundo de Indenizações e para a participação direta dos trabalhadores nos lucros das empresas. Durante toda sua trajetória, a entidade lutou pela regulamentação da profissão de comerciário. Um antigo anseio dos trabalhadores que, embora fizessem parte da maior categoria laboral do país, ainda não possuíam os direitos garantidos a outras profissões regulamentadas.

Na década de 80, a CNTC teve papel destacado na luta pela Assembleia Nacional Constituinte, quando foram garantidos os pilares básicos ao estado democrático, os direitos fundamentais aos trabalhadores e para organização sindical brasileira, garantindo-se fontes de custeio, a unicidade sindical e o sistema confederativo (Art. 7º e 8º).

Nos anos 90, mais uma vez a CNTC jogou papel destacado na luta contra as políticas neoliberais que tentaram, de todas as formas, desmontar a estrutura sindical, flexibilizar e precarizar as relações de trabalho. Cabe destacar neste processo o importante papel do companheiro José Carlos Shulte, presidente da FECOSUL e secretário da CNTC na época, que juntamente com outras confederações articularam ainda o Fórum Sindical dos Trabalhadores, unificando a luta das Confederações de Trabalhadores.

Em 1997, a CNTC esteve a frente a luta pelo descanso hebdomadário, contestou a MP editada pelo governo FHC que liberou o trabalho aos domingos, acabando com uma conquista que vinha desde 1932, conseguindo no STF sua suspensão

Foto: CNTC

GUIOMAR VIDOR
É diretor de Negociação Coletiva e Relações do Trabalho da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) e presidente da Federação dos Empregados no Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (FECOSUL).

Fotos: Arquivo CNTC

momentânea, até a reedição de uma nova medida que posteriormente foi transformada em lei.

A partir de 2012, a nova direção eleita, tendo como presidente Levi Fernandes Pinto, iniciou um processo de modernização e fortalecimento do Sistema CNTC, reposicionando a entidade e intensificando o trabalho de relações institucionais da Confederação com as instâncias do Legislativo e do Executivo ligadas ao universo do trabalho. A marca da atual gestão é a participação nos principais debates de interesse dos trabalhadores no comércio e serviços. Neste período foi intensificada a articulação junto ao Congresso Nacional para aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) 115/2007, que tratava da regulamentação da profissão comerciária, uma luta de décadas, que apesar de não contemplar todas as reivindicações, trouxe avanços importantes para a categoria comerciária brasileira. Em agosto do mesmo ano, foi criada na Câmara dos Deputados a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Comerciários, uma das maiores frentes parlamentares já vistas no Congresso Nacional. A implantação da Frente Parlamentar em Defesa dos Comerciários foi um marco na história da CNTC que levou esta ideia para todos os estados da união. Levou para dentro do Poder Legislativo a voz dos trabalhadores e do movimento sindical, abrindo portas para negociações das mais variadas pautas de interesse da categoria, ampliando a visibilidade do Sistema CNTC junto aos poderes constituídos e a sociedade brasileira.

Mas a luta não para por aí. Os comerciários querem uma sociedade com mais democracia, igualdade e distribuição de renda, contando com os avanços das conquistas sociais, dos direitos humanos e das relações de trabalho. O atual cenário econômico e político do país não é favorável. Direitos conquistados a mais de 73 anos com a promulgação da CLT estão ameaçados. Precisamos mais do que nunca fortalecer a estrutura e a organização sindical para melhor lutar em defesa dos direitos de nossos representados. Nesse momento conturbado, parte dos empresários cortam empregos e desrespeitam direitos dos trabalhadores para preservar o lucro, levando a precarização do trabalho. Por isso, a atenção deve ser redobrada para evitar retrocessos nos direitos trabalhistas. Não podemos permitir que em nome da governabilidade, os trabalhadores sejam chamados a pagar por uma crise que não são responsáveis.

Em 2016, a CNTC completará 70 anos de história e de lutas desde a sua fundação. Passado mais um 1º de maio, Dia Internacional do Trabalhador, não será diferente. A Confederação cumpre seu papel histórico ao lado dos comerciários de todo o Brasil, na defesa intransigente dos direitos trabalhistas, no fortalecimento da organização sindical e na busca incansável por uma sociedade democrática, justa e igualitária. Parabéns aos comerciários e todos os trabalhadores deste país!

RODADA DAS FEDERAÇÕES

Fecomerciários assina convênio para facilitar o acesso dos comerciários ao ensino superior

Os presidentes da Federação dos Comerciários do Estado de São Paulo (Fecomerciários), Luiz Carlos Motta e do Grupo Educacional UNIESP, José Fernando Pinto da Costa, firmaram em março, um convênio de cooperação e parceria, para oferecer descontos aos comerciários em faculdades do grupo em todo o estado, além de outras vantagens.

O acordo já está valendo e oferece 30% de desconto nas mensalidades dos cursos das faculdades parceiras da UNIESP para funcionários, associados (e dependentes) da Fecomerciários e dos 68 sindicatos filiados.

A UNIESP oferece mais de 80 cursos de graduação com titulações em bacharelado, licenciatura e tecnólogo, em administração de empresas, letras, pedagogia, enfermagem e nutrição, serviços sociais, ciências contábeis, análises de sistemas, gestão ambiental, marketing, publicidade e propaganda, jornalismo, direito, entre outros. O grupo educacional tem parceria com 77 faculdades em praticamente todas as bases territoriais dos sindicatos filiados à federação, na capital, grande São Paulo, interior e litoral. No Brasil, são mais de 80 cursos em mais de 130 faculdades em dez estados.

Para o presidente da Fecomerciários e 2º vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), Luiz Carlos Motta, a parceria será benéfica aos 2,7 milhões de comerciários e seus dependes. “Faz parte dos projetos da federação estimular a educação da categoria em várias frentes. Este convênio com a UNIESP vem ao encontro deste nosso propósito que gera economia e que capacita, ainda mais, os comerciários”, disse Motta.

Já o presidente da UNIESP, Fernando Costa, acredita que, com o convênio, as entidades representativas dos comerciários terão uma garantia de acesso à educação. “Nosso grupo possui dezenas de faculdades em São Paulo e sua missão visa praticar a educação solidária, possibilitando o acesso de todos ao ensino superior de qualidade e participando ativamente de projetos educacionais e culturais voltados ao desenvolvimento sustentável e ao atendimento da comunidade”, declarou.

Para mais informações sobre o convênio, matrícula ou transferência, os interessados devem procurar os sindicatos que fazem parte da base da Fecomerciários.

Com informações da Fecomerciários

Nova diretoria do Sintcvapa toma posse em Belém (PA)

A nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Varejista e Atacadista de Gêneros Alimentícios e Similares do Estado do Pará (Sintcvapa) tomou posse em novembro de 2015, durante solenidade realizada na sede social do Pará Club. Antônio Caetano de Souza Filho foi reeleito presidente da entidade, tendo como bandeiras para sua nova gestão a ampliação das conquistas dos trabalhadores, manutenção dos direitos adquiridos e a luta contra o desemprego.

No discurso de posse, Antonio Caetano enfatizou a missão da entidade, relembrando as conquistas alcançadas e as dificuldades vividas. “Temos que, além de manter tudo que já foi conquistado, com muita luta avançar nas negociações pela melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores representados pelo sindicato”.

Entre os convidados que prestigiaram o evento, diversos diretores de sindicatos da área do comércio, dentre eles José Francisco de Jesus Pantoja Pereira, conhecido como Zé Francisco, atual diretor de Assuntos Legislativos da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) e presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio e Serviços dos Estados do Pará e Amapá (FETRACOM), que comandou os trabalhos da cerimônia de posse.

Zé Francisco lembrou a união e a força do sindicato e da federação para o alcance de conquistas inéditas no Pará. Ele também destacou a importância da participação dos trabalhadores nos movimentos sociais. “O brasileiro tem que colocar trabalhador de verdade na política, para que os trabalhadores tenham de fato representatividade no parlamento. Já estamos cansados de empresários e latifundiários lutando por seus interesses e tirando direitos dos trabalhadores”.

Fotos: Sintcvapa

Os novos diretores do Sintcvapa

Zé Francisco (E) empossa Antônio Caetano, presidente reeleito do sindicato

RODADA DAS FEDERAÇÕES

Guiomar Vidor é reeleito presidente da Fecosul

A Federação dos Empregados no Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecosul) realizou seu 10º Congresso, entre os dias 20 e 23 de abril, e elegeu nova diretoria, que irá comandar as atividades sindicais nos próximos quatro anos. A Fecosul tem, atualmente, 52 sindicatos filiados e representa mais de 600 mil trabalhadores.

Ao longo dos dias do congresso, diversas atividades foram realizadas. Advogados, economistas, parlamentares, juízes, entre outros especialistas participaram da agenda proposta pela Fecosul e contribuíram para debates enriquecedores, sempre com foco na democracia, desenvolvimento e valorização do trabalho.

No sábado (23), dia em que aconteceu a eleição da nova direção, foi registrada chapa única. O caxiense, Guiomar Vidor, atual presente da entidade, foi reeleito. "Chapa única representa unidade da categoria. Uma união extremamente importante para encararmos esse difícil momento político que o estado e o Brasil vivem. A federação seguirá com o objetivo da inclusão e dará continuidade à sua política pela valorização da categoria comerciária e a defesa dos direitos dos trabalhadores que sofrem uma grande ameaça, através das investidas das forças conservadoras no Congresso Nacional", afirmou Vidor.

O congresso reuniu mais de 270 delegados, vindos de todas as partes do estado, sendo este, o maior já realizado pela Fecosul. A nova diretoria toma posse em meados deste ano.

Fonte: Assessoria de Imprensa da Fecosul

Foto: Fecosul

Guiomar Vidor vai liderar a Fecosul pelos próximos quatro anos

FECOMSE pressiona patrões por reivindicações da convenção coletiva

No final de março, a Federação dos Empregados no Comércio e Serviços de Sergipe (FECOMSE) e sindicatos filiados entregaram à Federação do Comércio de Sergipe (Fecomércio-SE) a pauta das reivindicações da convenção coletiva de trabalho de 2016/2017. Até o momento, os patrões não comunicaram qualquer resposta. O presidente da FECOMSE, Ronildo Almeida, espera que o presidente da Fecomércio-SE e deputado federal, Laércio Oliveira (SD-SE) não desrespeite os entendimentos mantidos há anos, assegurando a data-base da categoria para dar início ao processo de negociação.

"Esperamos uma negociação respeitosa e que os patrões tenham a sensibilidade diante do que passa a classe trabalhadora, com baixos salários, falta de condições de trabalho, pressões psicológicas e ameaças constantes. Não somos máquinas, somos trabalhadores e trabalhadoras que têm necessidades básicas garantidas pela legislação em vigor, mas temos que ampliá-las, atendendo as necessidades da evolução e do momento atual", declarou Ronildo.

Foto: DepositPhoto

REIVINDICAÇÕES

As principais reivindicações dos trabalhadores são a manutenção das conquistas contidas na convenção coletiva em vigor, assim como aprimorar o que já existe: biênio, horas extras com adicional de 150%, garantia do Dia do Comerciário, abono de faltas para os empregados durante estágios profissionais de curso superior, garantia de emprego em alguns casos como o retorno de férias, auxílio doença, ao empregado que faltar um ano para a aposentadoria, ticket alimentação, plano de saúde, cesta básica e creche para os filhos menores dos empregados, entre outras reivindicações importantes para o relacionamento entre patrões e empregados.

Fonte: Ascom FECOMSE

RODADA DAS FEDERAÇÕES

SindCom negocia reajuste salarial dos comerciários de Catalão (GO)

O Sindicato dos Empregados no Comércio de Catalão (SindCom), em Goiás, está conduzindo a campanha salarial dos comerciários do município. Os trabalhadores dos setores varejista, atacadista, de material de construção, de gêneros alimentícios e de concessionárias serão beneficiados com as convenções coletivas que serão assinadas pelos representantes sindicais. A data-base das categorias é 1º de abril, porém, as negociações ainda estão em andamento.

Com pautas extensas, as principais reivindicações discutidas na mesa de negociação são: reajuste de salário, implementação do vale alimentação, auxílio-creche, prêmio de assiduidade, entre outros itens. De acordo com o atual vice-presidente do SindCom e presidente eleito para o próximo mandato, Everton Alves, também conhecido como Pingo, há uma grande dificuldade em avançar nas negociações. "Todo ano quando a gente chega para negociar é a mesma conversa. A choradeira do patrão é demais. Eles sempre alegam que o momento está difícil e que nada pode ser feito. O trabalhador não pode esperar mais. Eles precisam ter o salário reajustado", ressalta.

Segundo Everton, o principal objetivo é repor a inflação acumulada do período e garantir aumento real de salário, mas até o momento o sindicato patronal ofereceu um índice abaixo da taxa inflacionária. "Apesar do momento econômico e político do país ser bastante delicado, não vamos abrir mão da luta. Os trabalhadores são os mais prejudicados. Queremos o nosso aumento já", destaca. Além do ganho real, a outra preocupação é a manutenção e o avanço na conquista de novos benefícios.

Na oportunidade, o SindCom tem cobrado o cumprimento de pontos que já estão em vigor, como o direito ao assento no local de trabalho nas empresas atacadistas, varejista e de material de construção. Conforme denúncias, a jornada de trabalho também está sendo abusiva em alguns estabelecimentos. "Os trabalhadores nos mantêm informados sobre o que acontece na empresa e agora o recado foi dado.

Fotos: SindCom

Com pautas extensas, representantes dos trabalhadores e dos patrões ainda negociam reajuste salarial

Diretores do SindCom (D) buscam o cumprimento de pontos que já estão em vigor

Se os patrões continuarem passando por cima da lei, as medidas cabíveis serão tomadas", afirma Pingo.

Fonte: Assessoria de Imprensa do SindCom

Fenepospetro promove encontro nacional em Ubatuba (SP)

Presidentes sindicais dos frentistas de todo o Brasil estiveram reunidos, entre os dias 30 de março e 1º de abril, na Colônia de Férias da Federação Nacional dos Empregados em Postos de Combustíveis e Derivados do Petróleo (Fenepospetro), localizada em Ubatuba, cidade do litoral norte de São Paulo. O encontro comandado pelo presidente da entidade, Francisco Soares de Souza, aprovou a redução do mandato de seis para quatro anos, valendo para toda diretoria da federação. Com a reforma estatutária, a eleição para a nova da diretoria da Fenepospetro acontecerá ainda em 2016. Segundo Francisco Soares, as novas normas devem renovar as ideias para a melhoria contínua da questão da representatividade e organização da categoria por todo o país.

Fotos: Fenepospetro

Francisco Soares de Souza (C), presidente da Fenepospetro: novas eleições para renovar as ideias da categoria

A ENTIDADE

Com mais de 20 anos de atuação, a Fenepospetro é presidida desde 2013 por Francisco Soares de Souza, um dos fundadores da representação da categoria. Reúne em todo o país, 53 sindicatos. Juntamente com a Federação Estadual dos Empregados em Postos de Combustíveis de São Paulo (Fepospetro), presidida por Luiz Arraes, representa cerca de 500 mil trabalhadores, sendo 100 mil no estado de São Paulo.

Fonte: Assessoria de Imprensa da Fenepospetro

1º DE MAIO

DIA DO TRABALHO

Parabéns a todos os trabalhadores do comércio e serviços do Brasil!

A CNTC trabalha por vocês na defesa dos direitos já adquiridos, contra o desemprego, pela jornada justa e o fim do trabalho aos domingos e feriados.

CNTC
Somos todos nós

70 anos CNTC 1946 - 2016